

Síntese de Legislação Nacional n.º 1706

Semana de 7 a 11 de dezembro de 2020

Esta síntese de legislação encontra-se organizada em **2 partes**, uma para a divulgação da **contratação coletiva**, outra para a divulgação da **legislação** publicada em DR (*I e II séries*) (o resumo do flash diário covid-19 é temporário)

Na 2ª parte os diplomas são organizados e apresentados segundo a seguinte ordem:

Geral (*aplicável potencialmente a todas as empresas*)

Setor Primário (*agricultura, produção animal, silvicultura, pesca, mineração*)

Setor Secundário (*Indústria transformadora, construção civil, energia*)

Setor terciário (*prestação de serviços: Comércio, Alojamento, Restauração, Transportes, Comunicações, Serviços financeiros, Seguros, Imobiliário, Consultadoria, Justiça, Administração pública, Saúde, Educação, Atividades administrativas*)

ÍNDICE

Legislação - Coronavírus - COVID-19	página 1 a 2
Legislação - Geral	página 2 a 6
Resumo dos Flash diários	página 7 a 8

Legislação

Geral: Coronavírus - COVID-19

Geral Açores: estado de emergência

[Decreto Regulamentar Regional n.º 27-B/2020/A](#)

09/12/2020

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6/12, nas deslocações por via aérea e por via marítima para o território da Região Autónoma dos Açores.

e

[Decreto Regulamentar Regional n.º 27-C/2020/A](#)

09/12/2020

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020](#), de 4/12, que renova o estado de emergência

Data de produção de efeitos de ambos os diplomas: 09/12/2020

Data de cessação de efeitos de ambos os diplomas: 23/12/2020

Indústria / Comércio - de material médico: contribuição extraordinária

[Portaria n.º 283/2020](#)

10/12/2020

Aprova o modelo de declaração da contribuição extraordinária sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) (modelo 56) criado pela Lei n.º 2/2020 (artº 375 do OE 2020)

Data de produção de efeitos: 11/12/2020

Setor da Saúde - SNS: carência de pessoal médico

[Despacho n.º 12078-D/2020](#)

11/12/2020

Identifica, nas áreas hospitalar e de saúde pública, os serviços e estabelecimentos de saúde com comprovada carência de pessoal médico, nos termos que constam do quadro anexo ao presente despacho, e que dele faz parte integrante

Data de produção de efeitos: 16/12/2020

e

[Despacho n.º 12078-E/2020](#)

11/12/2020

Identifica, na área de medicina geral e familiar, os serviços e estabelecimentos de saúde e respetivas unidades funcionais com comprovada carência de pessoal médico

Data de produção de efeitos: 16/12/2020

Setor Social: apoios

[Portaria n.º 281/2020](#)

09/12/2020

1ª alteração à [Portaria n.º 160/2020](#), de 26/06, que alarga o prazo de vigência e o âmbito de aplicação da medida excecional relativa às comparticipações financeiras da segurança social criada pela [Portaria n.º 85-A/2020](#)

Data de produção de efeitos: 01/10/2020

Legislação – Geral (sem relação c/ corona vírus)

Geral: destacamento de trabalhadores

[Decreto-Lei n.º 101-E/2020](#)

07/12/2020

Transpõe a Diretiva (UE) 2018/957, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, visando uma maior e equitativa proteção dos trabalhadores, contrariar práticas abusivas e promover o princípio segundo o qual o mesmo trabalho, realizado no mesmo lugar, deve ser remunerado da mesma forma, procedendo à 1ª alteração à Lei n.º 29/2017, de 30/05, que regula as situações de destacamento de trabalhadores em território

português e as situações de destacamento de trabalhadores para outro Estado membro, por prestadores de serviços estabelecidos em Portugal, abrangidas pelos artigos 6.º a 8.º do Código do Trabalho, republicando-a.

Data de produção de efeitos: 09/12/2020

Geral: Incentivos à Competitividade e Internacionalização

[Portaria n.º 280/2020](#)

07/12/2020

1ª alteração à [Portaria n.º 140/2020](#), de 15/06, que procedeu à 8ª alteração da [Portaria n.º 57-B/2015](#), de 27/02, que aprova o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização.

Data de produção de efeitos: 16/06/2020

Geral: SHST - exposição a agentes biológicos

[Decreto-Lei n.º 102-A/2020](#)

09/12/2020

Altera as prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho, **a fim de** reforçar as práticas da vigilância médica, nomeadamente, após o termo da exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos no local de trabalho e atualizar o quadro de referência dos valores-limite para a exposição dos trabalhadores a estes agentes, transpondo as Diretivas (UE) 2019/1833 e 2020/739, e procedendo à alteração dos seguintes diplomas:

- 2ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 84/97](#), de 16/04, que estabelece prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho, **republicando-o**;
- 3ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 301/2000](#), de 18/11, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho;
- 1ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 35/2020](#), de 13/07, que alterou o [Decreto-Lei n.º 301/2000](#).

Data de produção de efeitos: **09/06/2021**

Agricultura: incentivos PDR 2020

[Portaria n.º 281-A/2020](#)

09/12/2020

Assegura os ajustamentos necessários aos níveis dos apoios a fim de estimular os promotores a apresentarem projetos de investimento numa conjuntura de incerteza e de recessão, procedendo à alteração aos seguintes diplomas:

- 11ª alteração à [Portaria n.º 134/2015](#), de 18/05, que estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos», e da operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável» da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do PDR 2020
- 9ª alteração à [Portaria n.º 274/2015](#), de 8/09, que estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das

florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável» da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do PDR 2020.

Data de produção de efeitos: 10/12/2020

Artesanato: apoios aos artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais

Portaria n.º 285/2020

11/12/2020

Cria a Medida de Apoio Excecional aos Artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais, incentivo variável entre 1 e 4 IAS para fazer face à perda de rendimentos decorrente do cancelamento de feiras e certames de promoção e comercialização do artesanato originado pela crise pandémica COVID-19.

Data de produção de efeitos: 12/12/2020

Data de cessação de efeitos: 28/02/2021

Setor dos Resíduos: regime geral da gestão de resíduos e deposição de resíduos em aterro

Decreto-Lei n.º 102-D/2020

10/12/2020

Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852

Procede à alteração dos seguintes diplomas:

- 5ª alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 3/10, que aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (RJAIA);
- 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12/08, que cria o Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução e extingue o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- 4ª alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11/12, que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor.
- 13ª alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, que aprova o regime geral da gestão de resíduos.

Data de produção de efeitos: 01/01/2018

Diplomas que revoga: Decreto-Lei n.º 366-A/97 / Decreto-Lei n.º 407/98 / Decreto-Lei n.º 111/2001 / Decreto-Lei n.º 153/2003 / Decreto-Lei n.º 196/2003 / Decreto-Lei n.º 6/2009 / Decreto-Lei n.º 67/2014 / Portaria n.º 1028/92 / Portaria n.º 29-B/98 / Portaria n.º 286-B/2014 / Despacho n.º 9276/2004 / Despacho n.º 9593/2015

Construção e Imobiliário: Sistema de Certificação Energética dos Edifícios / conceção e renovação de edifícios

Decreto-Lei n.º 101-D/2020

07/12/2020

Estabelece os requisitos aplicáveis à conceção e renovação de edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios (**SCE**), transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944, procedendo à alteração dos seguintes diplomas:

- 3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12/03, que aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

- 2ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 68-A/2015](#), de 30/04, que estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração.

Data de produção de efeitos: 08/12/2020

Diplomas que revoga: [Decreto-Lei n.º 118/2013](#) / Portaria n.º 349-A/2013 / Portaria n.º 349-B/2013 / Portaria n.º 349-C/2013 / Portaria n.º 349-D/2013 / Portaria n.º 353-A/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-C/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-D/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-E/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-F/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-H/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-I/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-J/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-K/2013 / Despacho (extrato) n.º 15793-L/2013 / Despacho n.º 7113/2015 / Despacho n.º 8892/2015 / Despacho n.º 6470/2016

As revogações dos diplomas produzem efeitos a partir de 1/07/2021

Transporte Rodoviário:

Segurança rodoviária

[Decreto-Lei n.º 102-B/2020](#)

09/12/2020

Estabelece regras para a promoção da segurança rodoviária e a diminuição da sinistralidade, transpondo a Diretiva (UE) 2020/612 e alterando os seguintes diplomas:

- 20.ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 114/94](#), de 3/05, que aprova o Código da Estrada;
- 3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23/02, que altera o Código da Estrada;
- 6ª alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24/12, que organiza o registo individual do condutor;
- 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 262/2009, de 28/09, que institui o regime jurídico aplicável à base de dados designada de Registo Nacional de Condutores;
- 5ª alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5/07, relativa à carta de condução.

Data de produção de efeitos: 08/01/2021. As alterações ao artigo 128.º do Código da Estrada, apenas produzem efeitos a 8/04/2021.

e

Formação dos motoristas

[Decreto-Lei n.º 102-C/2020](#)

09/12/2020

Estabelece regras relativas à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros e relativas ao regime jurídico de certificação das entidades formadoras, transpondo a Diretiva UE 2018/645, procedendo à:

- 2ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 126/2009](#), de 27/05, que estabelece regras relativas à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros, republicando-o.

Data de produção de efeitos: 08/01/2021

Transporte Ferroviário: segurança ferroviária e acidentes ferroviários

[Decreto-Lei n.º 101-C/2020](#)

07/12/2020

3ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 394/2007](#), de 31/12, que estabelece o regime da segurança dos caminhos de ferro, regulando as competências e metodologias a aplicar pelo Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF), organismo nacional responsável pela investigação de acidentes e incidentes ferroviários, transpondo parcialmente a Diretiva

(UE) 2016/798, relativa à segurança ferroviária, no que se refere a investigações de segurança a acidentes e incidentes, republicando-o.

Data de produção de efeitos: 06/01/2021

Transporte Marítimo:

Trabalho a bordo de embarcações e navios

[Decreto-Lei n.º 101-F/2020](#)

07/12/2020

Transpõe as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131, relativas ao trabalho a bordo das embarcações de pesca e à atividade de marítimos a bordo de navios, procedendo às seguintes alterações:

- 3ª alteração à Lei n.º 15/97, de 31/06, que estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, republicando-a;
- 2ª alteração da [Lei n.º 146/2015](#), de 9/09, que regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram a Bandeira Portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado Português enquanto Estado de bandeira ou do porto republicando-o;
- 3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12/05, que transpõe a Diretiva 93/103/CE, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca;
- 3ª Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14/03, relativo à inspeção de navios pelo Estado do porto.

Data de produção de efeitos: 08/12/2020

e

Receção de resíduos provenientes dos navios

[Decreto-Lei n.º 102/2020](#)

09/12/2020

Regula a instalação e a utilização de meios portuários de receção de resíduos provenientes de navios que escalem portos nacionais, de modo a aumentar a proteção do meio marinho contra os efeitos negativos das descargas de resíduos no mar, assegurar o bom funcionamento do tráfego marítimo, melhorar a disponibilidade e utilização de meios portuários de receção adequados e a entrega de resíduos nesses meios e implementar medidas de controlo, monitorização e redução do lixo marinho, transpondo a Diretiva (UE) 2019/883

Data de produção de efeitos: 01/07/2021

Setor Social: incentivos

[Portaria n.º 279/2020](#)

07/12/2020

8ª alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30/03

Data de produção de efeitos: 06/08/2020

Setor Associativo: Associativismo estudantil

[Portaria n.º 284/2020](#)

1/12/2020

Procede à criação do Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil

Data de produção de efeitos: 12/12/2020

Resumo dos Flash diários

FLASH Nº 131.

Apoios de caráter extraordinário no âmbito da pandemia – COVID-19

A – No [Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 2020](#), foi aprovado o [novo pacote de apoio às empresas](#), em virtude da situação pandémica e das medidas necessárias à sua contenção tendo o Governo apresentado já a cronologia do mesmo.

B – No [Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 2020](#), foram ainda aprovados vários diplomas, nomeadamente:

1. A **resolução** que procede ao alargamento dos instrumentos de apoio à situação de tesouraria das empresas já lançados, entre os quais se destacam:
 - o **Alargamento do Programa Apoiar** a médias empresas e empresários em nome individual sem contabilidade organizada;
 - o **Alargamento da linha de crédito dirigida ao setor industrial exportador**, aumentando a sua dotação e passando a incluir as empresas que operam no setor do turismo como potenciais beneficiárias.
 - o **lançamento de novos instrumentos de apoio** à situação de tesouraria das empresas:
 - **Apoios diretos sob a forma de subsídios** destinados a fazer face a custos com **rendas não habitacionais** de micro, pequenas e médias empresas que atuem em setores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença Covid-19;
 - **Apoios diretos a grandes empresas**, sob a forma de **crédito garantido pelo Estado**, com possibilidade de **conversão parcial em crédito a fundo perdido** mediante a manutenção dos postos de trabalho, por forma a garantir um apoio imediato à liquidez, eficiência operacional e saúde financeira de curto-prazo, bem como apoios diretos ao arrendamento não habitacional.
2. A **proposta de lei** que **altera o regime excepcional para as situações de mora no pagamento da renda** devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia Covid-19, a fim de alargar o período de suspensão dos efeitos da cessação dos contratos de arrendamento, bem como introduzir-lhe alguns aperfeiçoamentos, sendo certo que o regime previsto não prejudica o regular pagamento das rendas. Por outro lado, o diploma estabelece um regime para os estabelecimentos que tenham sido encerrados, por medida legal ou administrativa, em março de 2020, e que, a 1 de janeiro de 2021, ainda permanecem encerrados.
3. O **decreto-lei** que **flexibiliza**, no 1.º semestre de 2021, o cumprimento das **obrigações tributárias em sede de IVA**, como forma de apoiar e reforçar a liquidez das empresas, prevendo que os sujeitos passivos abrangidos, verificada uma quebra de faturação de, pelo menos, 25 % face ao período homólogo, possam efetuar pagamentos em três ou seis prestações mensais, sem juros

As condições específicas de acesso a todas estas medidas está dependente ainda da redação dos diplomas que, como temos tido oportunidade de constatar ultimamente, nem sempre correspondem às expetativas que são criadas com a divulgação política dos apoios.

FLASH Nº 130.

ASAE fiscaliza cumprimento das regras decorrentes da renovação do Estado de Emergência

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) realizou, esta semana, no âmbito das suas competências, uma nova operação de fiscalização com vista à verificação do cumprimento das regras

decorrentes da renovação do Estado de Emergência, tendo em consideração a heterogeneidade da situação em cada concelho, face à diversidade das medidas aplicáveis em função dos níveis de risco (moderado, elevado, muito elevado ou extremo), tendo disponibilizado um breve [resumo da sua intervenção](#).